Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às 16h04min, teve início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação. Estiveram presentes os(as) seguintes conselheiros(as): **Carla Meire Rodrigues de Campos, Licila Dantas Sales da Fonseca, Rachel Martins Barral, Cristiane dos Santos Pereira de Freitas, Juliana Ferre Martins Suliano, Vera Lucia Brojo Ayres do Nascimento, Célia Maria de Almeida, Leandro José dos Santos Silva, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Adriana das Dores Domingos de Castro e Laís Câmara da Rocha.** Aberta a sessão, a Presidente iniciou os trabalhos e apresentou a pauta da reunião. Inicialmente, foi realizada a leitura da ata da reunião ordinária realizada em 06 de maio de 2026, a qual foi submetida à apreciação do colegiado e aprovada por unanimidade. Em seguida, passou-se à explanação sobre o Pré-Fórum da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). Após os debates, os conselheiros deliberaram pela necessidade de construção da minuta da Política Municipal de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (PMEJAI) em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação (SME), para posterior apresentação e discussão em um segundo Pré-Fórum. A conselheira Laís Câmara da Rocha sugeriu que fossem definidos os principais tópicos da política, incluindo a organização da carga horária, horários de entrada e saída dos estudantes e demais aspectos pedagógicos e administrativos pertinentes. Às 16h40min, registrou-se a presença do Promotor de Justiça da 2ª Promotoria da Tutela Coletiva do Núcleo Angra dos Reis, Dr. Leonardo Canônico. Prosseguindo, foi debatida a organização do 1º segmento da EJAI, compreendendo as Fases I e II em regime anual, conforme sugestão apresentada pela conselheira Adriana das Dores Domingos de Castro. Após discussão, o colegiado deliberou pelo encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Educação, solicitando reunião para elaboração conjunta da minuta da PMEJAI, visando sua apresentação em um segundo Pré-Fórum. Foram sugeridas as datas de 09 ou 11 de junho de 2026, às 14h, para a realização do referido encontro. Na sequência, foi apresentado o parecer da Comissão Eleitoral, que emitiu parecer favorável ao pleito apresentado pelo SISPMUM, deliberando-se pelo encaminhamento de ofício ao sindicato para ciência da decisão. Em sua fala, o Promotor de Justiça Leonardo Canônico apresentou-se aos conselheiros e destacou a importância de que as solicitações e demandas do Conselho sejam encaminhadas aos órgãos técnicos competentes para análise e providências. Ressaltou, ainda, que a Promotoria de Justiça se coloca à disposição para apoiar as ações do Conselho Municipal de Educação, solicitando que sejam encaminhados relatórios das visitas realizadas pelo colegiado, especialmente nos casos em que as recomendações e medidas sugeridas pelo Conselho não sejam atendidas pelos órgãos responsáveis. O Promotor observou a importância do fortalecimento do fluxo de informações entre o Conselho e os órgãos públicos, mencionando a necessidade de ampliação e qualificação dos dados

disponibilizados, especialmente aqueles relacionados à oferta de vagas e demais informações educacionais relevantes. Ao final, agradeceu a recepção e parabenizou o Conselho pelo trabalho desenvolvido em prol da educação do município. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes às 17h 50min.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	**ASSINATURA**
TAMIRES GONÇALVES M. GUERRA	
JULIANA FERRE MARTINS SULIANO	
CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
RACHEL MARTINS BARRAL	
LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS SILVA	
CÉLIA MARIA DE ALMEIDA	
ADRIANA DAS D. DOMINGOS DE CASTRO	
VERA LUCIA BROJO A. DO NASCIMENTO	
LAÍS CAMARA DA ROCHA	

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação de Mangaratiba

ATA DE VISITA

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis as conselheiras **Carla Meire Rodrigues de Campos e Rachel Martins Barral** iniciaram as visitas nas Unidades Escolares. A primeira escola foi a **E. M. Maria Augusta Lopes**, chegamos as oito horas e trinta e cinco minutos, fomos recepcionadas pela coordenadora. O prédio encontra-se parcialmente conservado, com ar condicionado em algumas salas, bebedouro aguardando manutenção, vaso do banheiro das meninas interditado, ar condicionado não funciona, ventiladores funcionando de forma parcial, o extintor de incêndio encontra-se fora da validade, parquinho não tem segurança, pais e comunidade escolar não tem participação frequente, finalizamos a visita as nove horas e cinquenta e cinco minutos. As dez horas e quinze minutos iniciamos a na Unidade de Ensino **Escola Municipal Oliveira Belo**, fomos recebidas pela diretora **Andressa Pereira Costa**, o prédio não está conservado, tem ar condicionado de forma parcial, não possui mobiliário adequado, não possui quadra nem pátio coberto, a carência de professor e coordenador, não tem extintor de incêndio, não tem parquinho, material didático não é suficiente, finalizamos as onze horas e quarenta minutos. Após já as doze horas e dezoito minutos visitamos a **Escola Municipal Diogo Martins**, o prédio está parcialmente conservado, tem ar condicionado de forma parcial, não possui mobiliário adequado, não possui quadra, não tem extintor de incêndio, parquinho não tem segurança, material de limpeza e higiene não são suficientes, pais não são participativos, finalizamos as treze horas e vinte e nove minutos. A ultima escola a ser visitada foi a **CEIM Professora Laura Jacobina Lacombe,** chegamos as doze horas e trinta e um minutos. O prédio não está conservado, ar condicionado e ventiladores de forma parcial não tem extintor, parquinho sem segurança, material didático não atende as necessidades.

Durante a visita as Unidades Escolares, observamos que há necessidade de vistoria da Defesa Civil, Secretaria de Obras e Infraestrutura, o mesmo será indicado. Não tendo mais nada a tratar, dou por encerrada a visita as quatorze horas e quinze minutos.

Carla meire R. de Campos
CARLA MEIRE R. DE CAMPOS

RBarral
RACHEL MARTINS BARRAL

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois e vinte seis, às treze horas, iniciou a Reunião Extraordinária de visitas das Unidades de Ensino Davi de Oliveira Brojo, Jurandir dos Santos Fernandes e Professora Maria Rosa Magalhães, na qual estavam presentes as conselheiras Cristiane dos Santos Pereira de Freitas , Juliana Ferre Suliano e Licila Dantas Sales da Fonseca, conforme Deliberação CME, n°01/2014, para construir relatório que será encaminhado a SME , tendo como embasamento as observações descritas nos Termos de Visitas , arquivadas na sala do Conselho Municipal de Educação de Mangaratiba. Segue em anexo cópia do relatório de visitas. Não tendo mais nada a tratar, eu Cristiane dos Santos Pereira de Freitas, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelas conselheiras Juliana Ferre Suliano e Licila Dantas Sales da Fonseca, dando a reunião por encerrada às quinze horas e quarenta minutos.

Cristiane dos Santos Pereira de Freitas

Juliane Ferre Suliano

Licila Dantas Sales da Fonseca

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação – SME
Conselho Municipal de Educação – CP

ATA DE VISITA TÉCNICA / TERMO DE VISISTA INTEGRAL

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois e vinte e seis, eu Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento e Leandro José dos Santos Silva membros do Conselho Municipal de Educação visitamos o CEIM Professora Sara Camara da Rocha, onde fomos recebidos pela Gestora Antonia Luciana dos Santos Vidal.

Em conversa com a Diretora, a mesma nos relatou que os materiais didáticos e limpeza não supre a necessidade da escola, e por isso dificulta o trabalho dos profissionais.

No decorrer da entrevista a gestora mencionou um princípio de incêndio na fiação elétrica e ao comunicar a Secretaria Municipal de Educação, a mesma tomou as devidas providências.

Nessa Unidade não possui extintor de incêndio.

Foi observado pelos conselheiros que a infraestrutura não é apropriada para o segmento de Educação Infantil, já que o prédio possui três andares.

Não há rampas de acessibilidade e nem banheiros adaptados.

Também foi observado que a Unidade necessita de reparos em relação as infiltrações.

Nada mais a declarar, eu Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento visitante e membro do Conselho Municipal de Educação encerro esta Ata que vai por mim assinada, bem como o Srº Leandro José dos Santos Silva membro deste Conselho.

Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento

Leandro José dos Santos Silva

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação de Mangaratiba

ATA DE VISITA

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, as conselheiras Adriana das Dores Domingos de Castro e Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, representantes do Conselho Municipal de Educação, realizaram uma visita às duas unidades escolares da rede municipal localizadas no terceiro distrito de Mangaratiba, no bairro de Itacuruçá. Em ambas as instituições a saber, Escola Municipal Caetano de Oliveira e Escola Municipal Professora Cecília Ferraz, as conselheiras foram devidamente recepcionadas e direcionadas às salas das respectivas equipes diretivas para a coleta de dados e observações. Inicialmente, quanto à Escola Municipal Caetano de Oliveira, registrou-se que a unidade funciona em um prédio compartilhado com a rede estadual de ensino e apresenta, até a presente data, carência de um professor de Educação Física. Constatou-se também, conforme o item 3 do relatório, que os aparelhos de ar-condicionado já foram adquiridos e encontram-se no local; contudo, a instalação ainda não foi realizada devido à necessidade de adequação da rede elétrica, cujo aumento de carga e melhoria já foram solicitados junto à concessionária de energia. No que se refere à Escola Municipal Professora Cecília Ferraz, apontou-se que a unidade necessita de intervenções em sua infraestrutura, cujas obras de manutenção foram iniciadas após a visita do Secretário de Educação. Destaca-se que a referida escola registrou, nos últimos anos, um crescimento expressivo no número de alunos. Em relação aos aspectos estruturais comuns, constatou-se que ambas as unidades, conforme o item 4.3 (relativo a depósito e armazenamento), não possuem espaço exclusivo para o armazenamento de materiais de limpeza e didáticos. Na Escola Caetano de Oliveira, essa limitação decorre do compartilhamento do prédio com o Estado; na Escola Cecília Ferraz, deve-se ao aumento da demanda de matriculados. Quanto aos aspectos pedagógicos, ambas as equipes diretivas demonstraram alinhamento com as metas educacionais, destacando o desenvolvimento de projetos interdisciplinares focados no avanço do aprendizado dos estudantes. Como principal desafio, as direções de ambas as escolas apontaram a dificuldade em aproximar e engajar as famílias na rotina e no ambiente escolar. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, assinada pelas conselheiras.

Adriana das Dores Domingos de Castro

Tamires Gonçalves de Moraes Guerra

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e vinte seis, a Conselheira Cristiane dos Santos Pereira de Freitas juntamente com as Conselheiras Juliana Ferre Suliano e Licila Dantas Sales da Fonseca, realizaram visita de Vistoria do Conselho Municipal de Educação nas seguintes Unidades de Ensino: CEIM Davi de Oliveira Brojo, Jurandir dos Santos Fernandes e Professora Maria Rosa Magalhães. Em todas estas Unidades fomos recebidas por seus respectivos gestores, seguindo ao Termo de Visita, conforme Deliberação CME, nº 01/2014. No CEIM Davi de Oliveira Brojo, foi nos relatado que relacionado à infraestrutura, o prédio está parcialmente conservado, visto que existem infiltrações, ficando visíveis em dias chuvosos. Já relacionado às informações complementares, a Unidade de Ensino é de que as necessidades da Escola é de que o prédio não possui extintor de incêndio e também não possui saída para evacuação emergencial, além de possuir um parquinho sem segurança. Na Unidade de Ensino, localizada no Vale do Rio Sahy, Jurandir dos Santos Fernandes, na qual nos foi informado que o prédio não está conservado e que os aparelhos de ar condicionado estão instalados, aguardando somente a Concessionária de energia elétrica responsável pelo município de Mangaratiba (ENEL) para tomar as devidas providências quanto a capacidade energética da rede. Quanto as dependências na Escola, tanto como para alunos , como para funcionários, não existem banheiros com acessibilidade, a Unidade também não dispõe de depósito de material de limpeza e de material didático, não possui extintor de incêndio e de que os materiais didáticos e de limpeza não atendem suas necessidades. Já na Unidade de Ensino Professora Maria Rosa Magalhães, foi nos relatado que o prédio é conservado parcialmente, não possui banheiro com acessibilidade para alunos e funcionários, não possui depósito de material didático e que em sua estrutura administrativa está com carência de um professor, dois apoios especializados (PAE) e um auxiliar de Ensino. Quanto à acessibilidade, o prédio não possui rampas e nem recursos didáticos para esse público, apesar de ofertar Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Relacionado às informações complementares, o extintor de incêndio está fora da validade, o parquinho não possui segurança, o material didático entregue, não atende às necessidades da Unidade, além da existência de uma fossa séptica apresentando afundamentos em seu entorno, chegando até a sala da direção com sinal de rachadura. Todos os outros pontos sinalizados no Termo de Visita das Unidades de Ensino tiveram respostas satisfatórias por parte da gestão.

Cristiane dos Santos Pereira de Freitas

Juliana Ferre Suliano

Licila Dantas Sales da Fonseca

Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às 15h0, teve início Pré-Fórum EJAI (Educação de Jovens, Adultos e Idosos do Conselho Municipal de Educação. Estiveram presentes os(as) seguintes conselheiros(as): **Carla Meire Rodrigues de Campos, Licila Dantas Sales da Fonseca, Rachel Martins Barral, Cristiane dos Santos Pereira de Freitas, Juliana Ferre Martins Suliano, Vera Lucia Brojo Ayres do Nascimento, Célia Maria de Almeida, Leandro José dos Santos Silva, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Adriana das Dores Domingos de Castro e Laís Câmara da Rocha.** Registre-se também a presença dos convidados: Prof.ª Juliana Prado, Gabriela Alves, Letícia de Medeiros, Aline Lima, Cristiane Morisco, Coordenadora de EJAI/SME Cristiane Pinho e Mestre e Doutora em Educação Professora Mona Lisa Fouyer (Palestrante). A Secretária Executiva, Anne Dumas Barros Braga, iniciou os trabalhos dando as boas-vindas a todos os participantes e contextualizando o evento, denominado Pré-Fórum da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). Informou que iniciativas semelhantes ocorrerão em outros municípios e que, posteriormente, será realizado o Fórum EJAI, possivelmente no município de Mangaratiba. Destacou que o objetivo principal do encontro é discutir os desafios da modalidade, levantar propostas e encaminhar contribuições para a construção da política pública voltada à Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Em seguida, foi composta a mesa de abertura, formada pela Presidente do Conselho Municipal de Educação, Juliana Ferre Martins Suliano; pela Presidente da Câmara de Educação Básica, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra; pelo Presidente da Câmara de Planejamento, Legislação e Normas, Leandro José dos Santos Silva; pela Coordenadora da Educação de Jovens e Adultos, Coordenadora EJAI/SME Cláudia Pinho; e pela Professora, Mestre e Doutora em Educação, Mona Lisa, palestrante convidada para o evento. Na ocasião, foi justificada a ausência do Secretário Municipal de Educação. Com a palavra, a Presidente do Conselho Municipal de Educação, Juliana Ferre Martins Suliano, apresentou-se aos participantes e destacou que o objetivo do Pré-Fórum é iniciar um processo de escuta e estudo sobre a realidade da EJAI no município. Explicou que as discussões realizadas servirão de base para a elaboração de um documento que será posteriormente debatido em conjunto com outros municípios e profissionais da área, contribuindo para a construção de diretrizes que fortaleçam a modalidade. Ressaltou ainda a importância de ampliar os conhecimentos sobre as questões educacionais relacionadas à EJAI. Ao final de sua fala, passou a palavra à Professora Monalisa. A Professora Monalisa iniciou sua exposição cumprimentando os presentes e relatando que, ao receber o convite, dialogou previamente com a Conselheira Tamires acerca da relevância de abordar as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos. Informou que integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (GEPEJA), vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde são desenvolvidas pesquisas e estudos relacionados à modalidade. Explicou que optou por apresentar parte de sua tese de doutorado, trabalho que articulou os temas da Gestão Democrática e da Educação de Jovens e Adultos. Relatou que sua trajetória profissional teve início no Movimento de Alfabetização de Jovens, Adultos e

Idosos (MOVA) e que essa experiência despertou seu interesse permanente pela modalidade. Informou que sua pesquisa de doutorado foi desenvolvida ao longo de quatro anos e que sua tese completaria um ano de defesa no dia 4 de junho. A palestrante parabenizou o município pela iniciativa do Pré-Fórum e destacou a atuação do Professor Eleonaldo no fortalecimento dos Conselhos Municipais como instrumentos de formulação e acompanhamento de políticas públicas. Ressaltou que o município de Mangaratiba tem sido reconhecido em espaços regionais de discussão sobre a Educação de Jovens e Adultos, especialmente no âmbito do Fórum Sul Fluminense de EJA, que reúne representantes de municípios como Angra dos Reis, Volta Redonda, Paraty e demais localidades da região. Ao apresentar sua pesquisa, enfatizou a importância de conhecer a realidade local para a construção de políticas públicas efetivas. Explicou que seu estudo analisou a implementação das políticas de Educação de Jovens e Adultos no âmbito federal e municipal, realizando um recorte temporal dos últimos dez anos. Foram examinados o Plano Nacional de Educação e os Planos Municipais de Educação de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty, buscando compreender como as metas e estratégias da modalidade estavam sendo incorporadas em cada território. A professora abordou os marcos legais, os princípios da gestão democrática e o papel dos gestores escolares na implementação das políticas educacionais. Destacou que uma das questões centrais de sua pesquisa foi compreender como os diretores escolares interpretam, recebem e ressignificam as políticas públicas destinadas à Educação de Jovens e Adultos, considerando as diferenças existentes entre a política prevista nos documentos oficiais e sua efetiva concretização no cotidiano escolar. Relatou que, durante a pesquisa, identificou inicialmente a ausência de diretores específicos para a modalidade em determinados municípios, verificando posteriormente que algumas redes já possuíam essa função estruturada. Destacou a importância do gestor escolar como elo entre a Secretaria de Educação, os professores e os estudantes, especialmente diante da complexidade das demandas apresentadas pela modalidade. Apresentou os resultados obtidos por meio das entrevistas realizadas com gestores escolares da Costa Verde, região definida como lócus da pesquisa, abrangendo os municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty. Explicou que, em razão da interrupção da oferta da modalidade em Paraty durante o período de investigação, o estudo concentrou-se posteriormente nos municípios de Angra dos Reis e Mangaratiba. Ao analisar as falas dos gestores, identificou como principais desafios da modalidade a evasão escolar, a juvenilização da EJA, a falta de estrutura adequada, o aligeiramento dos processos educativos e a baixa visibilidade da modalidade nas políticas públicas. Em relação à alfabetização, destacou questões relacionadas ao analfabetismo funcional, à necessidade de metodologias diferenciadas e à promoção de aprendizagens mais significativas para os estudantes. A palestrante observou que muitos gestores demonstraram dificuldades em identificar ações concretas voltadas ao alcance das metas relacionadas à permanência e progressão dos estudantes na modalidade, embora apresentassem maior familiaridade ao discutir práticas de alfabetização. Ao apresentar as conclusões da pesquisa, apontou a existência de distanciamentos entre as diretrizes nacionais e os planos municipais, especialmente no caso de Paraty. Destacou que o Plano Municipal de Educação de Mangaratiba apresentou melhor alinhamento com as metas nacionais, seguido pelo município de Angra dos Reis. Ressaltou, entretanto, a necessidade de aperfeiçoamentos relacionados à escolaridade média da população e aos índices de analfabetismo funcional. Também destacou que os diretores entrevistados relataram sentimentos de isolamento institucional, ausência de formação específica, escassez de recursos, baixa valorização social da modalidade e insuficiência de políticas públicas que considerem as especificidades dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. Ao encerrar sua apresentação, agradeceu o convite

e reforçou a importância de ouvir os estudantes e profissionais da modalidade. Compartilhou experiências marcantes de sua trajetória docente, emocionando-se ao recordar uma aluna idosa que aprendeu a escrever o próprio nome e, ao fazê-lo, afirmou sentir-se valorizada e reconhecida socialmente. Destacou que experiências como essa transformaram sua visão sobre a educação e consolidaram sua paixão pela modalidade. Aberto o espaço para debates, a Secretária Executiva Anne Dumas Barros Braga reiterou a justificativa da ausência do Secretário Municipal de Educação. A Conselheira Tamires Gonçalves de Moraes Guerra abordou os desafios relacionados à convivência entre estudantes jovens, adultos e idosos na mesma modalidade, destacando as diferentes necessidades e expectativas presentes nas turmas. Anne Dumas ressaltou que historicamente a formação inicial dos professores oferecia poucas oportunidades de estágio na Educação de Jovens e Adultos, embora atualmente algumas instituições de ensino superior já contemplem essa experiência em seus currículos. Durante o debate, diversos participantes destacaram a importância de políticas públicas voltadas à valorização da modalidade, mencionando iniciativas como o Pacto pela EJA e plataformas criadas para ampliar sua visibilidade. Foi consenso entre os presentes que existe demanda significativa pela modalidade, tornando necessária a formulação de estratégias que incentivem o retorno e a permanência dos estudantes na escola. A Professora Monalisa citou a frase de Paulo Freire: "Às vezes, o peso de um lápis é maior do que o de uma enxada", destacando o significado da alfabetização para a transformação da vida das pessoas. A Conselheira Licila Dantas Salles da Fonseca compartilhou sua experiência pessoal como estudante da EJA, relatando as dificuldades enfrentadas ao longo de sua trajetória escolar e a importância do apoio recebido para sua permanência nos estudos. Os participantes destacaram que um dos maiores desafios da modalidade é garantir a permanência dos estudantes, considerando aspectos como o conflito geracional, as demandas familiares, o trabalho e a necessidade de acolhimento por parte das instituições de ensino. A Conselheira Laís Câmara da Rocha ressaltou que o Conselho Municipal de Educação busca justamente promover esse espaço de escuta e reflexão, contribuindo para a construção de propostas fundamentadas na realidade local. Manifestou ainda seu entendimento de que a EJA não deve restringir-se exclusivamente à alfabetização, mas contemplar uma perspectiva mais ampla de formação e desenvolvimento humano. A Professora Gabriela Alves destacou a necessidade de ampliar as ações voltadas à modalidade e defendeu a revisão da carga horária da EJA, considerando as especificidades dos estudantes. Ressaltou que muitos alunos frequentam a escola após extensas jornadas de trabalho e enfrentam dificuldades para conciliar estudo, família e emprego. Defendeu que a modalidade seja reconhecida e valorizada em sua especificidade, deixando de ser vista como espaço destinado a estudantes com dificuldades escolares. Também abordou as alterações normativas relacionadas à carga horária da modalidade, mencionando os impactos dessas mudanças sobre a permanência dos estudantes e a organização pedagógica das unidades escolares. Ao final das discussões, a Professora Monalisa reforçou a importância da articulação entre os Conselhos e os diversos segmentos da educação, destacando que a construção de políticas públicas exige diálogo, participação e cooperação institucional. A Conselheira Laís Câmara da Rocha esclareceu que os debates realizados no Pré-Fórum constituem uma etapa preparatória e que será necessária a realização de um novo encontro para apresentação e discussão da minuta da política pública, incorporando as contribuições levantadas durante os debates. Somente após a consolidação desse documento será realizado o Fórum com a participação dos demais municípios. Durante os debates, a Professora Gabriela Alves afirmou que representantes do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação não possuíam experiência suficiente para discutir a modalidade. Em resposta, a Conselheira Laís Câmara

da Rocha esclareceu que diversos profissionais vinculados aos referidos órgãos possuem trajetória e experiência na Educação de Jovens e Adultos, inclusive integrantes da própria Secretaria Municipal de Educação. Considerando o adiantado da hora e a necessidade de deslocamento de alguns participantes para suas residências, a Secretária Executiva sugeriu o encerramento das discussões, sendo acordado que o Conselho Municipal de Educação dará continuidade aos trabalhos em conjunto com a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, elaborando uma minuta da política municipal para posterior apreciação em novo Pré-Fórum a ser oportunamente agendado. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes às 17h 27min.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
TAMIRES GONÇALVES M. GUERRA	
JULIANA FERRE MARTINS SULIANO	
CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
RACHEL MARTINS BARRAL	
LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS SILVA	
CÉLIA MARIA DE ALMEIDA	
ADRIANA DAS D. DOMINGOS DE CASTRO	
VERA LUCIA BROJO A. DO NASCIMENTO	
LAÍS CAMARA DA ROCHA	

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação de Mangaratiba

ATA DE VISITA

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis às oito horas e trinta minutos as conselheiras **Carla Meire Rodrigues de Campos e Rachel Martins Barral** iniciaram às visitas nas Unidades Escolares. A primeira foi a **CEIM Norma Pinheiro Cardoso**, fomos recepcionadas pela diretora Rafaela Araújo da Costa e durante a visita verificamos que: possui ventiladores a nível parcial, o parquinho não possui segurança, os professores não têm 1/3 de planejamento, os professores e funcionários não tem conhecimento do CME, o extintor de incêndio está fora da validade, falta material didático, a visita foi finalizada às nove horas e trinta minutos. Já na **CEIM Professora Marcia Laurentino Ferreira Moreira**, chegamos à Unidade às nove e quarenta e cinco, fomos recebidas pela gestora **Alessandra da Silva**, o prédio está conservado parcialmente, o extintor fora da validade, não tem saída de emergência, material didático não atende às necessidades, material de higiene não supre a demanda, o espaço físico interno e externo é restrito, encerramos às dez horas e trinta minutos. Finalizamos na **Escola Municipal Coronel Moreira da Silva**, chegamos à Unidade de Ensino às dez horas e trinta e sete minutos, fomos recebidas pela Coordenadora, o prédio encontra-se parcialmente conservado, não possui mobiliários adequados, os ventiladores atendem parcialmente as salas de aula, o extintor de incêndio encontra-se fora da validade, o prédio não possui saída de emergência, o material didático e de higiene não atendem a necessidade da escola, há necessidade de professores. Durante a visita as Unidades Escolares, observamos que há necessidade de vistoria da Defesa Civil, Secretaria de Obras e Infraestrutura, o mesmo será indicado. Não tendo mais nada a tratar, dou por encerrada a visita as doze e vinte.

CARLA MEIRE R. DE CAMPOS

RACHEL MARTINS BARRAL

ATA da Reunião Extraordinária da Câmara de Educação Básica

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às 13h34min, deu-se início à reunião extraordinária da Câmara de Educação Básica – CEB. Estiveram presentes as seguintes conselheiras: **Adriana das Dores Domingos de Castro, Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Carla Meire Rodrigues de Campos, Rachel Martins Barral e Cristiane dos Santos Pereira de Freitas.** A presidente declarou aberta a sessão, apresentando a seguinte pauta: **leitura da ata do dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis**, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade. Em seguida, foi realizada a **leitura do Ofício nº 009/26/E.M.P.C.B.,** recebido por esta Câmara, por meio do qual são solicitadas informações acerca do índice de reprovação nas turmas de primeiro ano. Após a leitura, as conselheiras entraram em discussão e deliberaram pelo reencaminhamento de ofício à unidade escolar, solicitando informações complementares acerca das medidas aplicadas pela equipe gestora, bem como cópias dos respectivos registros e procedimentos adotados. Prosseguindo, deu-se continuidade à análise da **Resolução nº 02/25/CEB/CNE**, compreendendo os artigos 12 ao 22, conforme segue: Art. 12: O dispositivo reforça o princípio da educação inclusiva e do direito à aprendizagem, deslocando o foco exclusivamente avaliativo para uma perspectiva de acompanhamento permanente. A escola passa a assumir papel ativo na identificação das dificuldades educacionais, devendo construir intervenções pedagógicas adequadas à realidade dos estudantes. Art. 13: A formalização documental prevista neste artigo fortalece a transparência administrativa e pedagógica, além de assegurar respaldo técnico às decisões escolares. Os registros funcionam como instrumentos de acompanhamento institucional e possibilitam o monitoramento da trajetória escolar dos estudantes. Art. 14: O texto evidencia a importância da gestão democrática e do trabalho coletivo no ambiente escolar. A aprendizagem deixa de ser responsabilidade exclusiva do professor regente e passa a envolver toda a estrutura educacional, incluindo coordenação pedagógica, orientação educacional e direção escolar. Art. 15: O dispositivo reafirma os princípios da equidade e da educação humanizada. Ao reconhecer as diferenças e particularidades dos estudantes, a resolução busca evitar práticas padronizadas que desconsiderem contextos individuais, promovendo uma atuação pedagógica mais inclusiva e eficiente. Art. 16: O artigo possui relevante caráter preventivo, especialmente no enfrentamento da evasão, infrequência e defasagem escolar. A norma incentiva o fortalecimento do vínculo entre escola, estudante e família, compreendendo que a permanência escolar depende de ações articuladas e contínuas. Art. 17: O dispositivo amplia a compreensão do papel social da escola, reconhecendo que determinadas dificuldades extrapolam o campo pedagógico. A integração com órgãos de proteção e assistência social fortalece o atendimento intersetorial e contribui para a garantia dos

direitos da criança e do adolescente. Art. 18: O artigo evidencia que os encaminhamentos externos devem ocorrer somente após esgotadas as possibilidades de intervenção pedagógica e administrativa pela escola. Tal previsão impede práticas precipitadas e assegura maior responsabilidade institucional no acompanhamento do estudante. Art. 19: O dispositivo fortalece os princípios da publicidade, responsabilidade administrativa e segurança jurídica. A documentação adequada das ações realizadas constitui elemento fundamental para comprovação das providências adotadas pela equipe gestora. Art. 20: A norma demonstra que os encaminhamentos realizados não encerram a responsabilidade da escola. O acompanhamento posterior é essencial para verificar a efetividade das ações e garantir que o estudante permaneça assistido pedagogicamente. Art. 21: O artigo reforça a função normativa e orientadora dos órgãos educacionais, promovendo maior uniformidade na aplicação das diretrizes da resolução. Tal atuação contribui para reduzir práticas divergentes entre as unidades escolares. Art. 22: Trata-se de cláusula de vigência e aplicabilidade normativa. O dispositivo consolida a obrigatoriedade do cumprimento das determinações previstas na resolução, atribuindo eficácia administrativa imediata às diretrizes estabelecidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Municipal de Educação de Mangaratiba. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente declarou encerrada a reunião às 15h3min, lavrando-se a presente ata para os devidos fins.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

Adriana das Dores Domingos de Castro	
Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento	
Carla Meire Rodrigues de Campos	
Tamires Gonçalves de Moraes Guerra	
Cristiane dos Santos Pereira de Freitas	
Rachel Martins Barral	

ATA DE VISITA TÉCNICA / TERMO DE VISITA INTEGRAL

Aos 14 dias do mês de maio de 2026, às 10h50, foi realizada visita técnica na unidade de ensino Escola Municipal Adalberto Pereira Pinto, localizada na Rodovia Rio Santos, km 458,5, zona rural do município de Mangaratiba/RJ, inscrita no INEP nº 33096018, em conformidade com a Deliberação CME nº 01/2014.

A visita teve como objetivo verificar as condições estruturais, administrativas, pedagógicas e de funcionamento da unidade escolar. A equipe foi recepcionada pela Direção Escolar, representada pelo Diretor Geral André Luiz Nascimento de Carvalho.

Durante a visita, constatou-se que os portões da unidade encontravam-se fechados e que os conselheiros foram devidamente recepcionados e encaminhados à direção escolar. Verificou-se que o prédio encontra-se conservado, possuindo mobiliário adequado e internet própria. Observou-se ainda que a unidade necessita de reforma e/ou ampliação, bem como possui parcialmente ar-condicionado e ventiladores nas salas de aula.

Quanto às dependências administrativas e pedagógicas, a unidade dispõe de diretoria, secretaria, sala de coordenação, sala de professores, banheiro de funcionários e banheiro com acessibilidade. Em relação ao corpo discente, a escola possui salas de aula, sala de leitura, sala de recursos multifuncionais, banheiro de alunos e banheiro acesso 2 profissionais de apoio escolar especializado. A estrutura administrativa é composta ainda por 3 inspetores, 1 coordenador pedagógico, 1 orientador educacional, 1 auxiliar de ensino e 1 auxiliar administrativo.

Foi informado que a unidade atende turmas da Educação Infantil e do 1º Segmento do Ensino Fundamental, totalizando atendimento regular aos alunos matriculados. O transporte escolar é realizado por ônibus, cumprindo os horários estabelecidos e apresentando itinerário satisfatório.

No aspecto da acessibilidade, observou-se que a unidade possui banheiro adaptado, recursos didáticos e Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), atendendo alunos nos dois turnos. Contudo, verificou-se ausência de rampas e de recursos multimídia.

A escola realiza higiene diária e esterilização dos ambientes, além de promover reuniões de pais, formação em serviço e encontros internos entre direção e coordenação. Foi constatado também que todos os professores realizam o 1/3 de planejamento.

Quanto às informações complementares, verificou-se ausência de extintor de incêndio em conformidade, ausência de saída de evacuação emergencial, desinsetização fora da validade e inexistência de parquinho com segurança adequada. Em contrapartida, constatou-se que as caixas d'água foram higienizadas no semestre e que os materiais didáticos, de limpeza e higiene atendem às necessidades da unidade escolar.

No tocante à merenda escolar, observou-se que os alimentos estão chegando dentro do prazo previsto, em bom estado, em quantidade suficiente e com boa aceitação pelos alunos. A unidade conta com nutricionista responsável pelo cardápio, oferecendo desjejum, almoço e lanche da tarde aos estudantes. Não possui cantina escolar e não comercializa produtos que contribuam para a obesidade infantil.

A unidade escolar apresentou ainda documentação pedagógica regular, possuindo Proposta Curricular, Regimento Interno, Projeto Político Pedagógico (PPP) e PEI.

Nada mais havendo a registrar, foi encerrada a presente visita técnica, sendo lavrada a presente ata para os devidos fins.

Mangaratiba/RJ, 14 de maio de 2026.

Laís Camara da Rocha

Celia Maria de Almeida

ATA DA COMISSÃO DE ELEIÇÃO

Aos catorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas, reuniu-se a Comissão Eleitoral, constituída nos termos do regulamento vigente. Estiveram presentes as conselheiras **Laís Câmara da Rocha, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Carla Meire Rodrigues de Campos e Juliana Ferre Martins Suliano.** Aberta a sessão, a presidente procedeu à leitura do Ofício Recebido nº 28/26/SEPE, por meio do qual são requeridas informações acerca do andamento do pleito eleitoral, bem como esclarecimentos referentes ao recurso interposto pelo SISPMUM, para ciência e apreciação desta Comissão. Na sequência, realizou-se a leitura do Ofício Recebido nº 10/26/SISPMUM, que requer a observância do princípio da unicidade sindical e a habilitação exclusiva de entidade sindical detentora de carta sindical ativa. Assunto: prorrogação da suspensão do processo eleitoral e exigência de comprovação de Carta Sindical. Diante do exposto, a Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Educação de Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o Edital nº 01/2026 – CME, que dispõe sobre a eleição complementar para o preenchimento de 01 (uma) cadeira de representante de entidades sindicais que representam e defendem os direitos e interesses dos profissionais da educação no Conselho Municipal de Educação; CONSIDERANDO o Edital de Suspensão do Processo Eleitoral nº 02/2026, publicado em 17 de abril de 2026, que suspendeu o processo eleitoral pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, com a finalidade de possibilitar a análise de recurso interposto no âmbito do referido certame; CONSIDERANDO que, no curso desse período, foi recebido o Ofício SISPMUM nº 10/2026, datado de 13 de maio de 2026, por meio do qual o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mangaratiba – SISPMUM requereu a observância do princípio da unicidade sindical, previsto no art. 8º, inciso II, da Constituição Federal, bem como a habilitação exclusiva de entidade sindical detentora de Carta Sindical ativa e válida na base territorial do Município; CONSIDERANDO que o referido ofício noticia que o SISPMUM é a única entidade representativa da categoria dos servidores públicos municipais de Mangaratiba com Carta Sindical ativa e regular, tendo juntado documentação atualizada para comprovar tal condição;

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, inciso II, da Constituição Federal, que estabelece a unicidade sindical e reconhece o registro sindical/carta sindical como elemento definidor da representatividade legítima da categoria profissional na respectiva base territorial; CONSIDERANDO o item I.II.1 do Edital nº 01/2026/CME, que exige que o candidato seja "sindicalizado a um dos sindicatos representativos da categoria no Município de Mangaratiba", expressão que demanda interpretação em consonância com a Constituição Federal, de modo a resguardar a legalidade, a legitimidade e a segurança jurídica do processo eleitoral; RESOLVE: Art. 1º Inabilitar o SEPE, em razão do princípio constitucional da unicidade sindical acima referido, considerando tratar-se de núcleo regional, conforme previsão constante em seu próprio estatuto. Art. 2º Fica concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação, por meio de ofício acompanhado da respectiva ata de reunião, da indicação dos nomes que irão compor a cadeira de conselheiro representante do SISPMUM, sendo 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente. Art. 3º Este despacho entra em vigor na data de sua publicação, mantendo-se suspensos todos os prazos e atos relacionados ao processo eleitoral até ulterior deliberação desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 17h45min, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
TAMIRES GONÇALVES DE M. GUERRA	
JULIANA FERRE SULIANO	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
LAIS CAMARA DA ROCHA	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação

ATA DE VISITA TÉCNICA / TERMO DE VISITA INTEGRAL

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se na Unidade de Ensino supramencionada as conselheiras do CME, Sras. Laís Rocha e Célia Almeida, para a realização de visita técnica institucional.

Foram recepcionadas pela Diretora Geral da instituição, Sra. Ketellyn Aparecida Maciel da Silva (E-mail: ketellynmaciel@gmail.com). Registrou-se a ausência de Diretor Adjunto no momento. A unidade opera sob a forma de ocupação predial Municipalizada, com horário de funcionamento das 08h00 às 16h00, sob o código INEP nº 33149100, classificada com o porte "D".

As conselheiras constataram que os portões da Unidade de Ensino mantinham-se devidamente fechados e que a recepção e o direcionamento à Direção Escolar ocorreram de forma imediata. Quanto à infraestrutura, o prédio encontra-se conservado e dispõe de mobiliários adequados e rede de internet própria. Foi verificado que não há necessidade imediata de reforma e/ou ampliação. Contudo, identificou-se que o sistema de climatização (Ar-condicionado e Ventiladores nas salas de aula) atende apenas parcialmente a demanda.

Estrutura Funcional: A unidade possui Diretoria, Secretaria, Sala de Coordenação, Sala de Orientação Educacional, Sala de Professores, Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), além de banheiros dedicados aos funcionários, incluindo instalações com acessibilidade.

Estrutura Discente: Estão em funcionamento 08 salas de aula, 01 sala de leitura, 04 banheiros para alunos e 01 banheiro adaptado com acessibilidade para o corpo discente.

Outras Dependências: A escola possui cozinha, lavanderia, refeitório, despensa de alimentos, depósito de material de limpeza e depósito de material didático (equipado com armário). Há área externa e parquinho infantil com condições de segurança adequadas. Registrou-se a ausência de lactário e pátio coberto.

A instituição atende ao segmento de Educação Infantil (Creche), operando em regime de tempo Integral com um total de 8 turmas ativas, totalizando 154 alunos matriculados. O quadro de turmas detalha-se da seguinte forma:

Turma B: 11 alunos, 02 professores, 02 auxiliares.

Turma Inf I A: 19 alunos, 01 professor (em regime de dobra - D), 02 auxiliares.

Turma Int 1 B: 18 alunos, 01 professor (em regime de dobra - D), 02 auxiliares.

Turma Int 2 A: 18 alunos, 02 professores, 02 auxiliares.

Turma Int 2 B: 17 alunos, 02 professores, 01 auxiliar.

Turma Int 2 C: 17 alunos, 01 professor (em regime de dobra - D), 01 auxiliar.

Turma Int 3 A: 23 alunos, 02 professores, 02 auxiliares (com observação de falta registrada).

Turma Int 3 B: 24 alunos, 01 professor (em regime de dobra - D), 02 auxiliares.

Carência de Recursos Humanos: Foi mapeada uma carência de pessoal que impacta o cotidiano escolar, a saber: 01 Professor, 01 Orientador Educacional, 01 Servente, 01 Profissional de Apoio Escolar Especializado, 02 Professores Volantes e 04 Auxiliares de Ensino. O transporte escolar não se aplica à realidade da unidade.

A escola dispõe de banheiro com acessibilidade e recursos didáticos voltados à Educação Especial, com 01 aluno laudado em Atendimento Educacional Especializado (AEE) na SRM no 1º turno. Os protocolos de higiene diária e esterilização são devidamente cumpridos.

A participação comunitária se mostra ativa: a unidade possui Conselho Escolar participativo (tendo ocorrido 03 reuniões no ano letivo corrente), realiza reuniões de pais (01 ocorrida no ano), promove a integração de pais participativos e frequentes, além de realizar formações em serviço (01 formação já executada no período). Quanto à rotina de planejamento dos professores (1/3 de planejamento), esta ocorre de forma parcial, justificando-se pela carência de professores do tipo "P II" adjuntos/extra no turno da tarde. A escola recebe visitas frequentes da SME, Fundeb e CAE, e tanto os profissionais quanto a comunidade possuem conhecimento sobre o CME e seus membros.

Inconformidades de Infraestrutura: A escola não possui extintor de incêndio, não conta com saída para evacuação emergencial e as caixas d'água não foram limpas no início do semestre. Verificou-se que a desinsetização está dentro do prazo de validade. Os materiais didáticos entregues não atendem totalmente à necessidade. O fornecimento de materiais de higiene cumpre os requisitos essenciais, enquanto o fornecimento de materiais de limpeza atende apenas parcialmente.

Alimentação Escolar: A merenda é avaliada positivamente. Chega nas datas previstas, em bom estado, em quantidade suficiente e possui boa aceitação pelos discentes. São ofertados diariamente o desjejum, almoço, lanche da tarde e jantar. A unidade cumpre as legislações vigentes, não possuindo cantina e não comercializando produtos que contribuam para a obesidade infantil.

Documentação: A proposta curricular, o regimento interno e o projeto pedagógico encontram-se em conformidade, restando ausente apenas o Plano Educacional Individualizado (PEI).

Em depoimento aos conselheiros, a Direção informou que as metas do Projeto Político Pedagógico estão sendo rigorosamente cumpridas dentro das propostas e prazos estabelecidos. Os projetos educacionais são construídos a partir do interesse e escuta ativa de cada turma, destacando-se o formato do "Projeto Investigativo da Turma". Como principal entrave e

dificuldade na gestão da Unidade de Ensino, pontuou-se a acentuada carência de profissionais, ressaltando que, quando novos profissionais chegam à escola, estes acabam não permanecendo.

Nas observações do Gestor Escolar, foi formalizado o apelo por mais manutenções preventivas e corretivas na Unidade Escolar. Relatou-se que a instituição não recebeu a visita da equipe de Infraestrutura (Infra), resultando no acúmulo de várias demandas urgentes que não foram atendidas, embora os ofícios de solicitação venham sendo enviados sistematicamente pela equipe gestora desde o mês de janeiro do corrente ano.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a visita às 12h30, lavrando-se a presente ata que, após lida e achada conforme, segue assinada pelas Conselheiras do CME e pela Diretora Geral da instituição.

Célia Maria de Almeida

Laís Camara da Rocha

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação – SME
Conselho Municipal de Educação – CP

ATA DE VISITA TÉCNICA / TERMO DE VISISTA INTEGRAL

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, foi realizada à visita do Conselho Municipal de Educação nas Unidades de Ensino CEIM Santa Justina e Escola Municipal Victor de Souza Breves. A visita contou com a presença dos Conselheiros Leandro José dos Santos Silva e Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento.

No CEIM Santa Justina Foi observado que há necessidade de manutenção do prédio devido as infiltrações. Nessa Unidade não há rampa de acessibilidade e banheiros adaptados para pessoas com deficiência. Não há local apropriado para estoque de alimentos e nem materiais de limpeza e didáticos. A Unidade não possui extintor de incêndio e não possui saída de emergência, caso necessite. Segundo a Diretora o material didático não é suficiente para o trabalho pedagógico.

Apesar das dificuldades sinalizadas, de acordo com a diretora a Srª Na Beatriz de Oliveira Rodrigues a equipe permanece comprometida com uma educação acolhedora, inclusiva e de qualidade.

Na Escola Municipal Victor de Souza Breves observamos que o prédio está em bom estado de conservação e adequado para todos os setores. Porém não possui extintor de incêndio.

De acordo com s Diretora a Srª Gisele de Paula Bento Lima e Souza, a participação dos responsáveis é ineficiente. A Unidade precisa de alguns reparos conforme a exigência do CAE.

Devido a falta de material didático, há algumas dificuldades em relação ao trabalho pedagógico.

Nada a mais havendo registrar, foi encerrada a presente visita técnica, sendo lavrada a presente Ata para todos os fins.

Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento

Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento

Leandro José dos Santos Silva

ATA

Aos seis dias do mês de maio de 2026, às 16h04min, reuniu-se, em caráter ordinário, o Conselho Municipal de Educação, sob a presidência da conselheira titular, iniciando-se os trabalhos com a verificação da presença dos membros. Estiveram presentes os(as) seguintes conselheiros(as): **Carla Meire Rodrigues de Campos, Licila Dantas Sales da Fonseca, Rachel Martins Barral, Cristiane dos Santos Pereira de Freitas, Laís Câmara da Rocha, Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Juliana Ferre Martins Suliano, Adriana das Dores Domingos de Castro, Célia Maria de Almeida e Leandro José dos Santos Silva.** A ordem do dia foi composta pelos seguintes itens: **leitura e aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 29/04/2026**, a qual foi aprovada por unanimidade; **leitura do Ofício Recebido nº 291/26/2ªPJTCOARE**, para ciência do colegiado; **leitura do Ofício Recebido nº 500/26/GAB/SME.** A presidente realizou a leitura do referido ofício para ciência do colegiado. Em seguida, a secretária executiva solicitou a palavra e informou que, ao receber a documentação, buscou orientação junto à Secretaria Municipal de Educação, sendo informada de que a orientação não se aplica aos conselhos. Na sequência, houve a **fala da conselheira Tamires Gonçalves de Moraes Guerra**, que expôs ao colegiado a preocupação da Comissão EJAI em realizar um evento do porte sugerido pelo palestrante, tendo em vista que a proposta não condizia com o que havia sido previamente planejado. Diante da situação, a conselheira criou um grupo para dialogar e adequar o evento à realidade do município. Entretanto, relatou que o palestrante não apresentou boa receptividade às sugestões, chegando a adotar postura desrespeitosa. Após debate, o colegiado deliberou pela realização de um pré-fórum com os atores da EJAI de Mangaratiba. Quanto ao **termo de visita**, os conselheiros tomaram ciência do documento e deliberaram por revisá-lo após as visitas do primeiro semestre, a fim de não atrasar as atividades. Não havendo mais assuntos a tratar, a presidente deu por encerrada a reunião às 17h35min.

.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
CELIA MARIA DE ALMEIDA	
ADRAIANA DAS DORES DOMINGOS DE CASTRO	
TAMIRES GONÇALVES DE M. GUERRA	
LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS SILVA	
JULIANA FERRE MARTINS SULIANO	
CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
RACHEL MARTINS BARRAL	
VERA LÚCIA B. AYRES DO NASCIMENTO	
LAIS CAMARA DA ROCHA	

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ESTRUTURAÇÃO DO SEMINÁRIO INTERMUNICIPAL EJAI – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No dia quatro de maio de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas, deu-se início à reunião da Comissão de Estruturação do Seminário Intermunicipal de EJAI – Educação de Jovens e Adultos Integrada, contando com a presença dos(as) seguintes conselheiros(as): **Laís Câmara da Rocha, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Leandro José dos Santos, Rachel Martins Barral e Juliana Ferre Martins Suliano.** Pauta: **Apresentação do formato do evento, sugerido pelo palestrante, Mestre em Educação e Doutor em Ciências Sociais, Elionaldo Julião Fernandes.** A Conselheira Tamires apresentou as seguintes sugestões: (1) mesa de abertura com a participação de entidades municipais e de representante do Fórum de EJA, com mediação do CME; (2) segunda mesa para debate acerca dos desafios da EJA, com a participação de Sandra Cardoso, representando o Fórum de EJA, bem como de representante da Secretaria de Educação e de representante das unidades escolares (diretor(a) ou coordenador(a) pedagógico(a)), sob mediação do CME; (3) realização de debate com os participantes. A conselheira sugeriu, ainda, que sua participação ocorra na mesa de abertura, representando o Fórum, ocasião em que fará a apresentação da entidade e de seus objetivos aos presentes. Diante do exposto, e considerando as dificuldades apontadas pelos membros da Comissão ao longo do processo de organização, bem como o anúncio do SEPE acerca do estado de greve, a Comissão deliberou por sugerir o adiamento do evento ou, alternativamente, sua realização em formato de sessão remota. Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
TAMIRES GONÇALVES DE M. GUERRA	
LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS	
JULIANA FERRE SULIANO	
RACHEL MARTINS BARRAL	
LAIS CAMARA DA ROCHA	